



# ORBIS

Boletim Trimestral do  
LEPEB-UFF



**Vol.1 – Nº 1**  
**Janeiro-Março/2023**  
**ISSN: 2965-2235**

## Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

### O terceiro governo Lula e os desafios na segurança pública

Talita Ribeiro\*

A questão da segurança pública no Brasil é um problema complexo e multifacetado, que envolve diversas causas estruturais e conjunturais. Entre as causas estruturais, podemos destacar a desigualdade social e a exclusão econômica, a violência urbana, o tráfico de drogas, a corrupção, a impunidade, a falta de investimentos em políticas públicas efetivas e a falta de coordenação entre as diferentes esferas do governo. Já as causas conjunturais podem incluir crises econômicas, problemas políticos, conflitos sociais e mudanças demográficas, já que, como defendido por Ricardo Balestreri,

Pobreza não gera crime e nem violência. A pobreza é heroicamente honesta, de forma geral, e criminosos há entre os pobres e entre os ricos. [...] Já a injustiça social é, sem dúvida, um elemento predisponente da insegurança pública, da violência e da criminalidade. (2010, p.57)

Um dos principais desafios para essa área no Brasil é a falta de investimento em inteligência e prevenção, com a maioria dos recursos sendo destinada à repressão e ao combate direto ao crime. Além disso, a falta de integração entre as diversas agências governamentais dificulta a ação coordenada contra o crime. Ou seja, como a violência no Brasil está diretamente relacionada à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes, Luiz Eduardo Soares (2018) argumenta que a segurança pública não pode ser tratada apenas como um problema de polícia, mas deve ser pensada de forma mais ampla, envolvendo outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a antropologia e a psicologia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu novo mandato em meio a um cenário de grande desafio para a segurança pública no Brasil. Com a intensificação da violência em várias regiões do país, essa questão tornou-se uma das principais preocupações dos brasileiros. Já no início do governo, a pasta teve que lidar com a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro e com seus desdobramentos como, por exemplo, a intervenção no governo do Distrito Federal. Além disso, outras crises tiveram de ser resolvidas nesse período, como a crise humanitária envolvendo o povo yanomami, o combate ao trabalho escravo em vinícolas do Rio Grande do Sul e os ataques criminosos no Rio Grande do Norte.

Após uma campanha eleitoral que colocou a segurança como um dos temas centrais, a nova gestão federal vem buscando implementar medidas para enfrentar a violência e a criminalidade que assolam o país. Assim, os primeiros 100 dias do governo Lula 3 foram marcados por diversas discussões e ações relativas a essa pauta.

Uma das primeiras medidas adotadas foi a reestruturação do Ministério da Justiça, transformando-o em Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem como objetivo coordenar as ações das polícias Federal, Rodoviária Federal e Civil, além de promover políticas integradas entre as esferas federal, estadual e municipal. A medida foi elogiada por especialistas em segurança, que consideram a pasta um passo importante para a articulação das políticas públicas nessa área. A reestruturação ocorreu em meio ao aumento dos índices de violência no país e à necessidade de uma resposta mais coordenada e eficaz por parte do Executivo Federal. A partir dela, o governo iniciou um processo de fortalecimento das instituições responsáveis pela segurança, com investimentos em equipamentos, treinamento e tecnologia.

Além disso, o governo federal vem investindo em ações de prevenção e combate à violência. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por exemplo, anunciou a criação do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que prevê ações de proteção às vítimas e de conscientização sobre a violência de gênero. A pasta também tem desenvolvido iniciativas de combate à criminalidade, principalmente através da Força Nacional de Segurança Pública, que atua em apoio aos estados em situações de crise.

Outra iniciativa importante foi a implementação do programa de policiamento comunitário em todo o país. O programa visa a aproximação entre a polícia e a comunidade, com o objetivo de reduzir a violência e o crime nas áreas mais vulneráveis. Por meio do programa, as comunidades são incentivadas a participar ativamente do processo de segurança, por meio de denúncias e informações sobre atividades criminosas. A ideia é que, ao conhecer melhor a realidade das comunidades, a polícia possa agir de forma mais eficaz na prevenção e repressão ao crime. O programa já foi implementado em várias regiões do país, com resultados positivos na redução de índices criminais.

O Plano Nacional de Segurança Pública também é uma medida importante a ser destacada, já que prevê ações integradas de prevenção e combate à violência em todo o país. O plano foi elaborado a partir de um diagnóstico das principais demandas da área, e contempla ações de reestruturação das polícias, melhoria do sistema prisional e investimentos em tecnologia e inteligência para o combate ao crime organizado. Além disso, foram implementadas uma série de medidas para combater a corrupção e a impunidade no setor. Foram criados mecanismos para a fiscalização e o controle das atividades policiais, com o objetivo de garantir a transparência e a responsabilidade na atuação dos órgãos de segurança. Alinhado com o Plano Nacional de Segurança Pública, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi retomado com o objetivo de reduzir a taxa de homicídios para abaixo de 16 mortes por 100 mil habitantes até 2030, e de baixar as taxas envolvendo mortes violentas de mulheres e de lesão corporal seguida de morte. Com a implementação desses projetos, o novo governo não pretende reforçar o mecanismo de repressão dos indivíduos, mas realizar uma série de políticas de combate às desigualdades e aos problemas estruturais, que contribuem

para o aumento da violência e da criminalidade.

Diante do cenário delicado da área, é importante que o governo federal esteja atento a eventuais críticas e busque aprimorar as medidas adotadas. É fundamental que a questão da segurança pública seja tratada de forma integrada, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Investimentos em políticas públicas de prevenção e combate à violência, como ações voltadas para a juventude, educação e cultura, também são fundamentais para enfrentar o problema da criminalidade em todo o país.

Em resumo, nos primeiros 100 dias do governo Lula em 2023, o presidente e sua equipe demonstraram um compromisso sério com a questão da segurança pública no Brasil, tendo sido tomadas iniciativas importantes para enfrentar a violência. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a segurança dos cidadãos brasileiros, especialmente nas áreas mais vulneráveis.

### **Referências:**

BALESTRERI, Ricardo. Um novo paradigma de segurança pública. Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios. Salvador: Edufba, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Rio de Janeiro - História de um vilarejo a metrópole. Rio de Janeiro: Record, 2018.

---

\*Bacharel em Relações Internacionais (UERJ) e mestranda em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV). E-mail: [talita.ribeiro@gmail.com](mailto:talita.ribeiro@gmail.com)